

A escala como imperativo geográfico: a dualidade escalar e a não-escalaridade em “Jogos de escalas: a experiência da microanálise”

Scale as a geographical imperative: the scalar duality and the non-scalarity in “Jeux d’échelles. La micro-analyse à l’expérience”

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i26.56723>

Vinicius Sodré Maluly

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-3989-7842>

vinicius.maluly@unb.br

Resumo

O conceito de escala é aqui enfatizado desde uma perspectiva geográfica para uma leitura crítica de partes da obra “Jogos de Escalas: a experiência da microanálise”, organizada por Jacques Revel. São apresentadas algumas conceituações de escala (cartográfica e geográfica) para, então, examinar o seu emprego na “Apresentação” do livro e nos capítulos “Microanálise e construção do social”, escritos por Jacques Revel, e “Sobre a escala na história”, de autoria de Bernard Lepetit, visando uma reflexão sobre os limites e as potencialidades do uso do conceito, tendo por referência a micro-história. A principal crítica é dirigida à dualidade escalar “micro vs. macro” e a não-escalaridade presente em diferentes trechos dos capítulos. Propõe-se a escala geográfica como conceito dinâmico, capaz de aproximar a Geografia e a História, destacando a necessidade de uma abordagem não hierárquica e integradora das ciências.

Palavras-chave

Escala; Geografia; História; Micro-história

Abstract

The concept of scale is emphasized from a geographical perspective for a critical analysis of parts of the book “Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience”, edited by Jacques Revel. Some conceptualizations of scale (cartographic and geographical) are presented in order to examine its use in the book's “Présentation” and in the chapters “Micro-analyse et construction du social”, written by Jacques Revel, and “De l'échelle en histoire”, by Bernard Lepetit, aiming to reflect on the limits and potential of the concept's use with reference to microhistory. The main critique is directed at the scalar duality “micro vs. macro” and the non-scalarity present in different parts of the chapters. The geographical scale is proposed as a dynamic concept, capable of connecting Geography and History, highlighting the need for a non-hierarchical and integrative approach between the sciences.

Keywords

Scale; Geography; History; Microhistory

Introdução

Este texto visa provocar um “combate” entre a escala como imperativo geográfico e o livro “Jogos de escalas: a experiência da microanálise”, organizado por Jacques Revel, publicado em 1996. Para isso, inicialmente serão apresentadas algumas definições do conceito de escala em Geografia para, então, passar à análise do livro. Abordaremos três partes: a “Apresentação” e o primeiro capítulo “Microanálise e construção do social”, ambos de autoria de Jacques Revel, e o terceiro capítulo “Sobre a escala na história”, de Bernard Lepetit. Cientes da limitação do recorte, este texto tem por natureza uma provocação do uso do conceito escala, em estímulo a um maior aprofundamento da compreensão do mesmo para o emprego em outras ciências (e na própria Geografia). A perspectiva é, notoriamente, crítica, mas com finalidade construtiva, pois, em nosso entendimento, não há Geografia sem História e vice-versa. Também frisamos uma evidente despreensão em nossas considerações, tendo em vista que, conforme será colocado, o livro “Jogos de escalas” é basilar para a discussão sobre a micro-história italiana. Aqui apenas são levantadas questões enquanto estímulo a uma discussão pouco ventilada. Começemos o “combate”.

Algumas definições de escala geográfica

A escala geográfica pode ser compreendida de múltiplas formas, sendo esta interpretada como componente dos princípios lógicos da ciência (localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala)¹, como conceito básico na pesquisa sócio-espacial², como conceito intrínseco a “quase toda pesquisa geográfica”³, simultaneamente como “uma noção, um conceito e uma teoria (ainda que em construção)”⁴, como “categoria geográfica” que deve ser

1 Ruy Moreira, *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico* (São Paulo: Contexto, 2008), 116. Tais princípios lógicos fornecem unidade à disciplina que “é una por seu objeto - o espaço geográfico”. Everaldo Batista da Costa, Adriano Bittencourt Andrade, e Vinicius Maluly, “Geografia histórica urbana no Brasil: legado e crítica das perspectivas”, *GeoTextos* 20, no 2 (2024): 218.

2 Marcelo Lopes de Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013), 180.

3 Robert B. McMaster e Eric Sheppard, “Introduction: Scale and Geographic Inquiry”, em *Scale and geographic inquiry: nature, society, and method*, org. Eric Sheppard e Robert B. McMaster (Oxford: Blackwell Publishing, 2004), 1.

4 Everaldo Santos Melazzo e Cloves Alexandre Castro, “A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?”, *Terra Livre* 2, no 29 (2007): 134.

distinguida entre categoria de prática e categoria de análise⁵, como uma “abstracção do real”⁶, como “raciocínio” ou operação do pensamento⁷, como “um instrumento teórico-conceitual”⁸, como “uma estratégia de aproximação do real”⁹, como “uma hierarquia de níveis”¹⁰ ou “como extensão da organização dos fenômenos ou como um dado da organização”.¹¹ Essa pluralidade de definições objetiva demonstrar a pertinência da escala geográfica enquanto componente *sine qua non* da investigação geográfica (ainda que alguns autores advoguem por abandono desse debate, dado um aparente caos conceitual a partir de divergências teóricas extremas¹² ou uma inexistência do conceito em si frente às redes de relação social que não cabem em qualquer escala dada¹³). No entanto, vale ressaltar que há uma distinção realizada pela literatura com respeito às escalas geográfica e cartográfica. Vale aqui pontuar algumas considerações a respeito.

A escala cartográfica divergiria da escala geográfica a partir do momento em que aquela faria referência à “classificação de frações, de uma codificação de procedimento de redução (de uma superfície que é, em geral, a da terra, mas que pode ser a fachada de um monumento ou de uma escultura)”.¹⁴ Já a escala geográfica teria um “significado de valor”, hierarquizando diferentes níveis, em uma perspectiva qualitativa em oposição a uma quantitativa¹⁵. Christian Grataloup avança na definição ao fazer referência ao conceito de “escala espaço-temporal”¹⁶ em sua *Introduction à la géohistoire*. Para o autor, “a escala

5 Adam Moore, “Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice”, *Progress In Human Geography* 32, no 2 (2008): 221.

6 Antônio Gama, “Escalas, representações e acção social”, *Cadernos de Geografia*, 1998, 17.

7 Lana de Souza Cavalcante, *Pensar pela Geografia: ensino e relevância social* (Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019), 104.

8 Matheus da Silveira Grandi, “Escala geográfica”, *GEOgraphia* 24, no 52 (2022): 1.

9 Iná Elias de Castro, “O problema da escala”, em *Geografia: conceitos e temas*, org. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, e Roberto Lobato Corrêa, (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014), 118.

10 Christian Grataloup, “Des échelles”, *Espaces Temps*, 1979, 72.

11 María Laura Silveira, “Escala geográfica: da ação ao império?”, *Terra Livre* 2, no 23 (2004): 91.

12 Sallie A. Marston, John Paul Jones III, e Keith Woodward, “Human geography without scale”, *Transactions of the Institute of British Geographers* 30 (2005): 416.

13 Nigel Thrift, “A hyperactive world”, em *Geographies of global change: remapping the world in the late twentieth century*, org. Ronald John Johnston, Peter James Taylor, e Michael Watts (Oxford: Blackwell Publishing, 1995), 33.

14 Grataloup, “Des échelles”, 73.

15 Grataloup, 73.

16 Christian Grataloup, *Introduction à la géohistoire* (Paris: Librairie Armand Colin, 2015), 218.

estaria no coração de toda reflexão geohistórica”.¹⁷ Iná Castro contribui com o debate afirmando que a escala não “se esgota como projeção gráfica”, incluindo “tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno”.¹⁸ Isto é, “a escala é um problema não apenas dimensional, mas também, e profundamente, fenomenal”.¹⁹ Tal acepção busca distanciar a escala cartográfica da chamada escala geográfica, ainda que mapas sejam imprescindíveis também na percepção geográfica da realidade. No entanto, em sua posição de ferramenta e não de ciência, a cartografia forneceria à geografia (ou a qualquer outra ciência) a operacionalização da escala de investigação adotada, ainda que posicionando um dado fenômeno em um mapa.²⁰

A esse respeito, define Antônio Gama:

Dito assim, pela escala cartográfica exprime-se a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto a escala, que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica”. Se o problema é difícil do ponto do espaço também o é do ponto de vista do social²¹.

Sobre a distinção entre escala cartográfica e geográfica, Marcelo Lopes de Souza enfatiza que “Na pesquisa sócio-espacial, é óbvio que precisamos, a todo momento, utilizar a escala cartográfica, que é um dos elementos informativos essenciais de qualquer mapa (ou carta, ou planta)”.²² Porém, a escala geográfica não se confundiria com esta. Outrossim, o autor subdivide a escala geográfica em escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação.²³ Maria Laura Silveira, por sua vez, indica a esse respeito “um debate circular e tautológico”, assinalando uma certa inconveniência na analogia “escala cartográfica-escala geográfica”.²⁴ Porém, a autora põe em relevância o questionamento da concepção geométrica de escala “pela história do presente. Face a

17 Grataloup, 12.

18 Castro, “O problema da escala”, 130.

19 Castro, 130.

20 Aqui estamos a tratar da cartografia em termos do que chamamos de mapeamento formal. No mapear subjetivo, a relação cartográfica de movimento seria outra, mas não avançaremos nesta discussão. Para mais considerações, ver MALULY, Vinicius, Lines, when to straighten them? From formal mapmaking to subjective mapping, GEOgraphia, No prelo, 2025.

21 Gama, “Escalas, representações e ação social”, 17.

22 Souza, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 180.

23 Souza, 181.

24 Silveira, “Escala geográfica: da ação ao império?”, 88.

um período de globalização e fragmentação do território, alguns conceitos, e entre eles a escala geográfica, não são alheios a essas transformações e devem ser submetidos à discussão, ao risco de se tornarem desprovidos de valor na pesquisa”.²⁵ Por fim, Ivanilton Oliveira e Patrícia Romão destacam que a escala (seja ela qual for) “não determina o nível ou tipo de análise, embora possa influenciá-lo sobremaneira. Já o nível (ou tipo) de análise deveria, certamente, determinar a escala a ser adotada (tanto a cartográfica quanto a geográfica)”.²⁶ Esta perspectiva, para além de não buscar um rompimento entre os dois entendimentos de escala, propõe refletir sobre a influência que a escala deve ter sobre a investigação científica, questionando a que ponto esta deve ser conduzida pela escala e o contrário.²⁷ Em outros termos, é colocado em pauta a ontologia da escala enquanto existência *a priori* de dada investigação. A perspectiva a priorística determinaria, de antemão, a própria condução da pesquisa, enfraquecendo a sua validade metodológica.

As considerações aqui colocadas apenas pintam um quadro sobre a definição de escala que é largamente debatido em âmbito geográfico. Com isso em mente, como podemos questionar o uso de escalas no livro “Jogos de escalas: a experiência da microanálise” organizado por Jacques Revel²⁸, de 1996? A escolha dessa pergunta está na centralidade que as escalas têm para a composição da unidade do livro, num campo disciplinar diferente da Geografia, mas fazendo uso de um de seus conceitos-chave (em nosso entendimento).

A dualidade escalar e a não-escalaridade em o “Jogo de escalas”

O livro “Jogos de escalas: a experiência da microanálise”, organizado por Jacques Revel, publicado em 1996 e traduzido para o português em 1998, é incontornável. Não procuramos aqui desprestigiar de forma alguma a obra que promoveu e continua a promover intensa discussão no campo da História. Porém, à luz da perspectiva de escala geográfica posta anteriormente, colocamos a seguinte questão: como podemos questionar a apropriação desse conceito tão caro à Geografia por parte da História, tendo em vista que estas

25 Silveira, 90.

26 Ivanilton José de Oliveira e Patrícia de Araújo Romão, “As escalas da Geografia: pontes entre os conceitos de escala cartográfica e escala geográfica”, *Boletim Goiano de Geografia* 41 (2020): 18.

27 Sem entrar explicitamente no mérito de um pressuposto ontológico de escala, largamente debatido por autores como Adam Moore. Ver Moore, “Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice”.

28 Jacques Revel, org., *Jeux d'Échelles: la micro-analyse à l'expérience* (Paris: Gallimard/Seuil, 1996).

ciências, nas palavras de Paul Vidal de la Blache, em 1913, “são companheiras antigas que caminharam lado a lado por muito tempo e que, como acontece entre velhos conhecidos, perderam o hábito de discernir as diferenças que as separam”?²⁹ Para tentar respondê-la, trabalharemos com três trechos da obra organizada por Revel: “Apresentação”, escrita pelo próprio Jacques Revel (páginas. 7-14); “Microanálise e construção do social” também de autoria de Revel (páginas 15-38); “Sobre a escala na história” de Bernard Lepetit (páginas 77-102). O aprofundamento pode (e deve) se estender para demais capítulos, mas estes trouxeram questões de clara pertinência ao debate proposto. Começamos pela *Apresentação*.

No início da obra, Jacques Revel nos fornece um relato sobre a origem do livro, colocando em relevância o caráter plural de todos os capítulos que, ainda que assinados individualmente, são fruto de discussões coletivas. Porém, ainda que haja uma unicidade na obra, o organizador nos revela duas posições distintas entre os autores: de um lado, os relativistas (J. Revel, M. Abélès, A. Bensa e B. Lepetit) e, de outro, os fundamentalistas (M. Gribaudi, S. Cerutti e P.-A. Rosental). Aqueles veriam “no princípio da variação da escala um recurso de excepcional fecundidade”, sem identificar hierarquias entre elas. Já estes defenderiam “um privilégio absoluto” das formas e das relações sociais “micro” sobre as “macro”. É reconhecido, nas últimas linhas da *Apresentação*, que o desacordo se manteve aberto, a ser submetido “àqueles que se dispuserem a nos conceder sua atenção”.³⁰ Para além disso, são estabelecidas balizas importantes a conduzir a leitura dos capítulos seguintes.

Ainda na *Apresentação*, se estabelece uma concepção fundamental para a obra: “O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de observação – em que escolhemos nos situar”.³¹ Isto é fundamental ao ser proposta a análise da micro-história italiana em contraste com uma “história macrossocial” que a antecedeu. Tal distinção será explorada, tendo maior ou menor relevância a depender do capítulo. No entanto, é fundamen-

29 Paul Vidal La Blache, “Caracteres distintivos da geografia”, *Terra Brasilis* (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 14 (2020): 7. Para a referência original, ver Paul Vidal de La Blache, “Des caractères distinctifs de la géographie”, *Annales de Géographie* 22, no 124 (1913): 289–99.

30 Jacques Revel, “Apresentação”, em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998), 14.

31 Revel, 12–13.

tal a afirmação teórico-metodológica de que a realidade social difere a depender da escala. Porém, é importante ressaltarmos que primeiro é citado o termo “nível de análise” para depois ser anunciada a “escala de observação”. Esta escolha de palavras não nos parece sem sentido, pois indica, por um lado, a indefinição ou aparente equivalência entre nível de análise e escala de observação e, ainda, uma perspectiva secundária atribuída à escala em contraste com outros conceitos, ainda que figurando no título da obra. Com respeito à oposição entre “relativistas” e “fundamentalistas”, cabe reforçar que o debate a respeito de uma pressuposta verticalidade das escalas geográficas em oposição a construções horizontais de espraiamento das escalas geográficas de relações existia desde antes da publicação da obra, havendo uma crítica ao pensamento binário “micro vs. macro” (ou “local vs. global” ou “atomístico vs. holístico”, entre outros).³² Passemos, pois, ao primeiro capítulo.

O capítulo “Microanálise e construção do social”, de autoria de Jacques Revel, nos introduz ao contexto historiográfico no qual surge a micro-história italiana, balizadora de toda a obra, e a sua importância em termos da historiografia ocidental. É anunciado no início do capítulo: “A abordagem micro-histórica tornou-se, nestes últimos anos, um dos lugares importantes do debate epistemológico entre os historiadores”.³³ A questão da micro-história italiana é amplamente conhecida e, para os menos versados, o próprio capítulo em questão resume brilhantemente o percurso dos autores principais, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Cabe destacar o “caráter extremamente empírico da abordagem”, não havendo “um texto fundador, um mapa teórico da micro-história”. Haveria um “primado da prática”, sendo a micro-história “uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos”.³⁴ Esta história social seria uma “perspectiva macro-histórica” ou macrosocial não explicada e nem testada, tida como característica natural da pesquisa em história, alimentada largamente pela escola dos *Annales*.³⁵ Analisemos as referências às escalas presentes no capítulo.

As citações à importância das escalas, neste capítulo, promovem alguns esclarecimentos e provocações. A primeira crítica à historiografia, a partir da

³² Para maiores referências a esse debate, oriundo ao menos da década de 1970, ver os seguintes artigos: Marston, Jones III, e Woodward, “Human geography without scale”; Moore, “Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice”.

³³ Jacques Revel, “Microanálise e construção do social”, em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998), 15.

³⁴ Revel, 16.

³⁵ Revel, 18.

escala, seria que, numa macro-história, “a escala de observação não constituía uma das variáveis da experimentação porque supunham (...) uma continuidade de fato do social que autorizava a justapor resultados cujo arranjo não parecia constituir problema”.³⁶ A alteração dessa perspectiva, tornando a escala de análise um problema a ser enfrentado pela História, estaria no cerne da micro-história.³⁷ Afirma Revel:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções (...). Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento. (...) mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade contrastante em tamanho maior ou menor, e, sim, em transformar o conteúdo da representação (...) a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular.³⁸

Esta posição é de extrema importância, em nosso entendimento, tendo em vista que o que está em perspectiva é, de fato, o “jogo de escalas” e não o privilégio hierárquico de uma sobre a outra. Isto se desdobraria em um “princípio epistemológico, já que é a partir dos comportamentos dos indivíduos que eles [micro-historiadores] tentam reconstruir as modalidades de agregação (ou de desagregação) social”.³⁹ Ainda, não haveria oposição entre história local e história global, tendo em vista que “a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global”.⁴⁰ Tendo isso em vista, o autor visa confrontar as próprias

36 Revel, 18.

37 Revel, 19.

38 Revel, 20.

39 Revel, 25.

40 Revel, 28. Para discussões recentes a esse respeito, ver Jesús Bohorquez, “Microglobal history: agencia, sociedad y pobreza de la historia cultural postestructural”, *Historia Crítica* 69 (2018): 79–98.

bases da historiografia, mas desencadeando uma lógica dual pouco pertinente e recorrentemente reconhecida no texto: a perspectiva dual macro vs. Micro.⁴¹

A dualidade escalar passa a ser evocada e as alternativas a essa perspectiva aparecem timidamente. Para fins comparativos, Revel demonstra a capacidade do uso das escalas para, por exemplo, perceber “duas versões da realidade histórica do Estado, uma que seria ‘macro’ e a outra ‘micro’. Uma e outra são ‘verdadeiras’ (e muitas outras mais em níveis intermediários que seria conveniente recuperar de modo experimental) (...)” (grifo nosso).⁴² Aqui encontramos tanto a validação simultânea das perspectivas micro e macro quanto a assumida dualidade da questão, tendo em vista que outros “níveis intermediários” careciam de experimentação. Tal dualidade está no cerne de nossa crítica, tendo em vista que as escalas geográficas são operacionalizadas e operacionalizam, de distintas maneiras e simultaneamente, o objeto de investigação, não podendo ser reduzidas a apenas duas. Entendemos que exista um conflito e uma comparação historiográfica em questão, mas a escolha entre uma pretensa verdade micro e/ou macro desconstrói a própria utilidade da escala enquanto conceito. A escala teria por validade a própria mobilidade da perspectiva adotada, desaparecendo determinados fenômenos e fazendo aparecer outros. O reconhecimento da arbitrariedade e o constante movimento de escalas é o que entendemos enquanto uma das maiores forças e pertinências do uso das escalas geográficas. Infelizmente, isto se perde no texto de Revel. Uma possível alternativa a tal dualidade escalar aparece com o exemplo de “La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II” (1949), de Fernand Braudel, em que “desde o início se apontou a utilização original de uma tripla temporalidade que organiza as três grandes partes do texto. (...) uma mesma história, explodida entre suas narrativas e depois recomposta?”⁴³ No entanto, tal alternativa não é continuada⁴⁴ e surgem algumas imprecisões entre o conceito de escala e termos como “nível de

41 É importante esclarecer que, para Giovanni Levi, não se deve sacrificar o particular em detrimento do geral. Afirma que “As alternativas de se sacrificar o particular ao geral, ou de se concentrar apenas na singularidade do particular é, portanto, uma distinção inadequada. O problema é mais aquele de como podemos elaborar um paradigma que dependa do conhecimento do particular, embora não rejeitando a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular”. As comparações dualistas “quantitativo e qualitativo, acontecimento e série, particular e geral” são igualmente rejeitadas pelo historiador. Ver G. Levi, “Sobre a micro-história”, em *A escrita da história: novas perspectivas*, por P. Burke (São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992), 158–59.

42 Revel, “Microanálise e construção do social”, 32.

43 Revel, 36.

44 Para maiores contribuições a essa perspectiva, ver Yves Lacoste, org., *Ler Braudel* (Campinas: Papirus, 1989).

análise” ou “modo de exposição”. No entanto, finaliza Revel afirmando que “Mais do que uma escala, é novamente a variação de escala que aparece aqui como fundamental”⁴⁵ e estamos plenamente de acordo com a afirmação, atribuindo valor à escala geográfica e à sua característica intrínseca de movimento. Vejamos como essas questões aparecem em outro capítulo da obra “Jogos de escalas”, o texto “Sobre a escala na história”, de autoria de Bernard Lepetit, escrito em 1992.

As primeiras preocupações de Lepetit são, assim como Revel, discernir algumas bases de discussão pertinentes à História, como as definições das generalizações⁴⁶, o esforço da totalização⁴⁷ e a totalidade social⁴⁸. Esta, anteriormente à micro-história, era entendida como “o objetivo último da pesquisa (...) O conhecimento do todo, segundo se supunha, devia nascer da medida, mais acessível, de suas partes.” Assim, “sem reflexão crítica, a profissão praticava a macro-história”. Porém, tal modelo historiográfico passaria por questionamentos, tendo em vista que a escolha “entre os níveis micro e macroanalíticos”⁴⁹ já havia sido realizada, pertencendo à História o macro. Cabe ressaltar que, assim como em Revel, surge a dualidade micro vs. macro, estendida à crise historiográfica da segunda metade do século XX.

São distinguidos os estudos de Labrousse e de Braudel como formas de se opor ao modelo historiográfico descrito, concebendo “cada momento histórico como a combinação de vários tempos, cada um dos quais se desenrola segundo ritmos e numa escala espacial que lhe são próprios”. Esta reação impulsionaria “as tendências longas e as oscilações cíclicas”⁵⁰ que comporia uma nova forma de se fazer História, considerando o acontecimento histórico dentro de um maior contexto, relacionando as estruturas e as conjunturas. Porém, seria criada uma hierarquia nessa leitura, segundo Lepetit, na qual os movimentos de menor duração estariam subsumidos aos de maior duração e assim repetitivamente, se recompondo a globalidade por um movimento de constante “empilhamento”.⁵¹ A micro-história ofereceria uma leitura completamente diversa.

45 Revel, “Microanálise e construção do social”, 38.

46 Bernard Lepetit, “Sobre a escala na história”, em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998), 79.

47 Lepetit, 80.

48 Lepetit, 81.

49 Lepetit, 81.

50 Lepetit, 82.

51 Lepetit, 83.

Inicialmente, a micro-história buscaria “chegar até o ‘vivido’ e a experiência individual inacessíveis aos estudos agregados”⁵², permitindo uma alternativa ao modelo macroanalítico. Lepetit, então, oferece considerações a respeito das influências da antropologia cultural e, também, de seus limites ante a micro-história, de acordo com uma “ausência de autonomia dos atores sociais e a saturação interpretativa dos esquemas analíticos”⁵³, até apresentar o caráter “experimental” da micro-história. Esta construiria o objeto histórico, que não seria “dado de antemão”, mas tornado visível pelo “método da pesquisa”.⁵⁴ Aqui, são introduzidos os jogos de escala, pois a variabilidade escalar, associada anteriormente ao próprio exercício arbitrário da cartografia, – na qual determinados detalhes são necessariamente perdidos na composição de um quadro mais amplo – permite “por fundação identificar os sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais. A ambição dessa cartografia dinâmica é localizar e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem aos vários territórios sociais”. No entanto, ele é categórico ao explicitar que só se “privilegia uma única escala, a do microscópico”.⁵⁵ Novamente, é defendido que a micro-história trabalharia em apenas uma escala, numa tensão entre a restituição do individual e da sua agência ante o contexto no qual está incluso. Então, passa o historiador a trabalhar especificamente numa definição conceitual de escala.

O objetivo de Lepetit em definir a escala parte do princípio de que a História, até determinado ponto, poderia usufruir do já estabelecido na Geografia e na Arquitetura para a construção de seus próprios objetos de estudo. Porém, como pudemos ressaltar anteriormente, há uma diferença entre escala geográfica e escala cartográfica, problematizada ao menos duas décadas antes da publicação deste texto. Isto não é considerado, pois a escala é associada imediatamente à escala cartográfica, ainda que seja reconhecido um “duplo objetivo potencial da escala, que estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem e (...) uma relação de proporção entre as partes”.⁵⁶ O historiador, então, anuncia um “descrédito em que caiu a noção de escala na geografia contemporânea e a pouca atenção teórica que lhe é dedicada” o que, infelizmente, a nosso ver, contrapõe a basilares estudos sobre a escala dos anos

52 Lepetit, 84.

53 Lepetit, 86.

54 Lepetit, 87.

55 Lepetit, 88.

56 Lepetit, 90.

1980, como os de Grataloup⁵⁷, de Racine, Raffestin e Ruffý⁵⁸, de Peter Taylor⁵⁹ e de Neil Smith⁶⁰. Avança em suas considerações afirmando que a “escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território cuja configuração está dada”, o que distinguiria, portanto, “escala”, do domínio da cartografia, e “nível”, relativo aos fenômenos e às organizações.⁶¹ Ainda, três dificuldades epistemológicas daí derivariam, sendo estas, resumidamente, 1) “a questão da continuidade”, destacando uma suposta necessária continuidade das representações cartográficas com a não-necessária continuidade dos sistemas de relações; 2) “o risco da tautologia”, posto que “a escolha prévia da escala” poderia comprometer o objeto de estudo; 3) as “proposições redutoras” da escala, sendo esta apropriada apenas para a topografia, não dando conta das “práticas de atores que se desenvolvem” no território. Encerra a questão diferenciando “as noções de proporção e de redução da noção de escala”⁶², buscando na Arquitetura outras inspirações.

A questão evocada em sequência é relativa aos avanços da compreensão de “proporção” em oposto à de “escala”. Nas palavras de Lepetit, “A escala arquitetônica é um operador mais complexo. Ela designa a correlação (e não mais a relação) entre uma construção e aquilo que não é ela (e não mais entre suas diferentes partes)”.⁶³ A vantagem das correlações estabelecidas pela Arquitetura estaria na condição de que a representação oferecida na cartografia estaria vinculada a algo já dado e imutável, isto é, o terreno, enquanto o desenho de uma planta arquitetônica seria “construir um modelo reduzido da realidade após ter selecionado uma dimensão dela (...) e ter renunciado às outras”. Complementa: “À unicidade da escala do cartógrafo, o arquiteto contrapõe a pluralidade das escalas de referência”.⁶⁴ Encerra o raciocínio afirmando que a escala do arquiteto “liga um representante, a planta ou o modelo reduzido, a um representado, o edifício projetado. Por não existir

57 Grataloup, “Des échelles”.

58 Jean-Bernard Racine, Claude Raffestin, e Victor Ruffý, “Échelle et action, contributions à une interprétation du mécanisme de l'échelle dans la pratique de la géographie”, *Geographic Helvetica* 35, no 5 (1980): 87–94.

59 Peter Taylor, “A materialist framework for political geography”, *Transactions of the Institute of British Geographers* 7 (s.d.): 15–34.

60 Neil Smith, *Uneven development: nature, capital and the production of space* (Oxford: Basil Blackwell, 1984).

61 Lepetit, “Sobre a escala na história”, 90.

62 Lepetit, 91.

63 Lepetit, 92.

64 Lepetit, 92.

ainda, a realidade constitui apenas o horizonte do trabalho de representação”. Assim, “o projeto, em arquitetura, é uma dinâmica e uma arbitragem” onde o arquiteto “acaba por fazer coexistirem diferentes escalas e diferentes pertinências, e em que o jogo entre as escalas permite dominar a imagem global e coerente do projeto”.⁶⁵ Conclui o capítulo com considerações referentes à geomorfologia, a procedimentos estatísticos, à economia, além de uma compilação das considerações de todo o texto, muito próximas às elencadas por Revel. Chama a nossa atenção, efetivamente, a não-escalaridade presente no texto.

Assim como no capítulo de Revel, Lepetit realiza desconsiderações com respeito à diferenciação entre “nível” e “escala”, além de não reconhecer a diferença entre “escala cartográfica” e “escala geográfica”, o que já estava em franca discussão à sua época. A redução da escala a uma noção e não a um conceito também chama a atenção, tendo em vista que é por meio dos conceitos que se opera a realidade cientificamente. A escala geográfica possui essa característica, ainda que difusa e complexificada (segundo muitos, em demasia). Porém, o reducionismo da escala geográfica à projeção cartográfica é, a nosso ver, distante do que é proposto pela micro-história italiana. Ademais, as proporções e as dimensões encontradas na Arquitetura podem, igualmente, ser alvo de objetificação a partir do momento em que são apresentadas similitudes entre um mapa de um quarteirão, por exemplo, e a planta de um edifício. A nosso ver, as discussões apresentadas estão distantes do debate central proposto no livro, que é o jogo de escalas, assumindo, assim como Revel, uma dualidade macro vs. micro que não é pertinente à escala em suas múltiplas dimensões. No entanto, o reconhecimento da arbitrariedade inerente à escolha da(s) escala(s) e a não hierarquização entre elas, estabelecendo igual pertinência à escala micro quanto a macro, a depender da pesquisa engendrada, nos parece claras contribuições ao estudo da História, construídas anteriormente na Geografia e impulsionadas (ou tornadas mais evidentes) pela micro-história italiana.

Considerações finais

Após algumas definições de escala (geográfica e cartográfica), tanto clássicas quanto contemporâneas, e uma leitura atenta a três partes do estimado livro

⁶⁵ Lepetit, 94.

“Jogos de escalas: a experiência da microanálise” (1998 [1996]), organizado por Jacques Revel, podemos ensaiar uma resposta incipiente à pergunta de La Blache, datada de 1913: ao que parece, as duas ciências irmãs, Geografia e História, crescentemente, mantêm o hábito de discernir algumas diferenças que as separam. Porém, variados são os exemplos de autores que visam uma (re)aproximação de ambas.⁶⁶ Tal movimento pode ser realizado de diferentes maneiras e, em nosso entendimento, o conceito de escala tem bastante a contribuir nessa perspectiva. A micro-história italiana beneficiou-se largamente disso e casos como os de Lucien Febvre⁶⁷ e Fernand Braudel⁶⁸ explicitam tal vocação ao longo do século XX, tendo este último cunhado a expressão “geohistória”. Conscientes da potência dos excertos do livro analisados neste nosso curto e, certamente, frágil texto, acreditamos que foi reforçada uma dualidade escalar e uma não-escalaridade que estão distantes de uma perspectiva de escala geográfica. No entanto, para não residirmos apenas no plano da crítica, trazemos uma posição pertinente de Maria Laura Silveira com respeito à escala geográfica aproximada à História: “Se uma noção de escala geográfica pode ser construída, ela será, sobretudo, uma noção de

66 Para algumas referências, ciente da ausência de muitas e muitos colaboradores com a Geografia Histórica: Pedro de Almeida Vasconcelos, “Questões metodológicas na geografia urbana histórica”, em *Novos estudos de Geografia Urbana brasileira* (Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999), 191–201; Antônio Carlos Robert Moraes, *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica* (São Paulo: Annablume, 2009); Laurent Vidal, “Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial. Alguns desafios metodológicos”, em *Cidades Latino-Americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*, org. Fânia Fridman e Maurício de Almeida Abreu (Rio de Janeiro: FAPERJ; Casa da Palavra, 2010), 53–61; Adriano Bittencourt Andrade, *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial* (Salvador: Edufba, 2013); M. A. Abreu, “Sobre a memória das cidades”, em *Escritos sobre espaço e história*, org. F. Fridman e R. Haesbaert (Rio de Janeiro: Garamond, 2014), 27–54; Nicolas Verdier e Ludovic Chalonge, “La question des échelles en géohistoire. Les bureaux de la poste aux lettres du XVIIIe siècle à nos jours”, *Cybergeo: European Journal of Geography*, 2018; Larissa Alves de Lira, Manoel Fernandes de Sousa Neto, e Rildo Borges Duarte, orgs., *Geografia das Ciências, dos Saberes e da História da Geografia* (São Paulo: Alameda Editorial, 2020); Everaldo Batista da Costa e Vinicius Sodré Maluly, “Geografía histórica y tiempo geográfico, concepto y superación de dicotomías”, *Revista de Geografía Norte Grande* 79 (2021): 253–77; Álvaro de Araújo Antunes, Cláudia Damasceno Fonseca, e Francisco Eduardo de Andrade, orgs., *Especializando a História: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2021); Vinicius Sodré Maluly, “La terre et l’eau : concessions foncières et usages du réseau hydrographique dans l’occupation territoriale de la capitainerie de Goiás (Brésil, 1725 - 1804)” (Thèse (Doctorat en Géographie), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2024).

67 Lucien Febvre, *La terre et l’évolution humaine: introduction géographique de l’histoire* (Paris: La Renaissance du Livre, 1922).

68 Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II* (Paris: Librairie Armand Colin, 1966).

tempo, os tempos nos lugares. (...) Não será a regionalização uma ‘periodização escalar?’”.⁶⁹ A geógrafa reconhece um debate em aberto entre periodizações, regionalizações e escalas que nos parece um caminho franco para um jogo de escalas construído, colaborativamente, entre a Geografia e a História.

Referências bibliográficas

Abreu, M. A. “Sobre a memória das cidades”. Em *Escritos sobre espaço e história*, organizado por F. Fridman e R. Haesbaert, 27–54. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

Andrade, Adriano Bittencourt. *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*. Salvador: Edufba, 2013.

Antunes, Álvaro de Araújo, Cláudia Damasceno Fonseca, e Francisco Eduardo de Andrade, orgs. *Espacializando a História: experiências e perspectivas sob o prisma do urbano*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

Bohorquez, Jesús. “Microglobal history: agencia, sociedad y pobreza de la historia cultural postestructural”. *Historia Crítica* 69 (2018): 79–98. <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.05>

Braudel, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin, 1966.

Castro, Iná Elias de. “O problema da escala”. Em *Geografia: conceitos e temas*, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, e Roberto Lobato Corrêa, 117–40. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Cavalcante, Lana de Souza. *Pensar pela Geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

Costa, Everaldo Batista da, Adriano Bittencourt Andrade, e Vinicius Maluly. “Geografia histórica urbana no Brasil: legado e crítica das perspectivas”. *GeoTextos* 20, n° 2 (2024): 217–58. <https://doi.org/10.9771/geo.voi2.63353>

69 Silveira, “Escala geográfica: da ação ao império?”, 94.

Costa, Everaldo Batista da, e Vinicius Sodré Maluly. “Geografia histórica y tiempo geográfico, concepto y superación de dicotomías”. *Revista de Geografía Norte Grande* 79 (2021): 253–77. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022021000200253>

Febvre, Lucien. *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique de l'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre, 1922.

Gama, Antônio. “Escala, representações e ação social”. *Cadernos de Geografia*, 1998.

Grandi, Matheus da Silveira. “Escala geográfica”. *GEOgraphia* 24, n° 52 (2022): 1–8. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a53283>

Grataloup, Christian. “Des échelles”. *Espaces Temps*, 1979. <https://doi.org/10.3406/espato.1979.3032>

Grataloup, Christian.. *Introduction à la géohistoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 2015.

La Blache, Paul Vidal. “Caracteres distintivos da geografia”. *Terra Brasilis (Nova Série)*. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica* 14 (2020): 8. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7119>

La Blache, Paul Vidal de. “Des caractères distinctifs de la géographie”. *Annales de Géographie* 22, n° 124 (1913): 289–99. <https://doi.org/10.3406/geo.1913.8245>

Lacoste, Yves, org. *Ler Braudel*. Campinas: Papyrus, 1989.

Lepetit, Bernard. “Sobre a escala na história”. Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel, 77–102. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Levi, G. “Sobre a micro-história”. Em *A escrita da história: novas perspectivas*, por P. Burke, 133–63. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Lira, Larissa Alves de, Manoel Fernandes de Sousa Neto, e Rildo Borges Duarte, orgs. *Geografia das Ciências, dos Saberes e da História da Geografia*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

Maluly, Vinicius. “Lines, when to straighten them? From formal mapmaking to subjective mapping”. *GEOgraphia No prelo* (2025).

Maluly, Vinicius Sodré. “La terre et l’eau : concessions foncières et usages du réseau hydrographique dans l’occupation territoriale de la capitainerie de Goiás (Brésil, 1725 - 1804)”. Thèse (Doctorat en Géographie), École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2024.

Marston, Sallie A., John Paul Jones III, e Keith Woodward. “Human geography without scale”. *Transactions of the Institute of British Geographers* 30 (2005): 416–32. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2005.00180.x>

McMaster, Robert B., e Eric Sheppard. “Introduction: Scale and Geographic Inquiry”. Em *Scale and geographic inquiry: nature, society, and method*, organizado por Eric Sheppard e Robert B. McMaster, 272. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

Melazzo, Everaldo Santos, e Cloves Alexandre Castro. “A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?” *Terra Livre* 2, n° 29 (2007): 133–42. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2007.244

Moore, Adam. “Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice”. *Progress In Human Geography* 32, n° 2 (2008): 203–25. <https://doi.org/10.1177/0309132507087647>

Moraes, Antônio Carlos Robert. *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009.

Moreira, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2008.

Oliveira, Ivanilton José de, e Patrícia de Araújo Romão. “As escalas da Geografia: pontes entre os conceitos de escala cartográfica e escala geográfica”. *Boletim Goiano de Geografia* 41 (2020): 23. <https://doi.org/10.5216/bgg.v41.65735>

Racine, Jean-Bernard, Claude Raffestin, e Victor Ruffy. “Échelle et action, contributions à une interprétation du mécanisme de l’échelle dans la pratique de la géographie”. *Geographic Helvetica* 35, n° 5 (1980): 87–94.

Revel, Jacques. “Apresentação”. Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel, 7–14. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Revel, Jacques. org. *Jeux d’Échelles: la micro-analyse à l’expérience*. Paris: Gallimard/Seuil, 1996.

Revel, Jacques. “Microanálise e construção do social”. Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel, 15–38. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Silveira, Marília Laura. “Escala geográfica: da ação ao império?” *Terra Livre* 2, nº 23 (2004): 87–96. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2004.195

Smith, Neil. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

Souza, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Taylor, Peter. “A materialist framework for political geography”. *Transactions of the Institute of British Geographers* 7 ([s.d.]): 15–34. <https://doi.org/10.2307/621909>

Thrift, Nigel. “A hyperactive world”. Em *Geographies of global change: remapping the world in the late twentieth century*, organizado por Ronald John Johnston, Peter James Taylor, e Michael Watts, 462. Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

Vasconcelos, Pedro de Almeida. “Questões metodológicas na geografia urbana história”. Em *Novos estudos de Geografia Urbana brasileira*, 191–201. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

Verdier, Nicolas, e Ludovic Chalonge. “La question des échelles en géohistoire. Les bureaux de la poste aux lettres du XVIIIe siècle à nos jours”. *Cybergeo: European Journal of Geography*, 2018. <https://doi.org/10.4000/cybergeo.29116>

Vidal, Laurent. “Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial. Alguns desafios metodológicos”. Em *Cidades Latino-Americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*, organizado por Fânia Fridman e Maurício de Almeida Abreu, 53–61. Rio de Janeiro: FAPERJ; Casa da Palavra, 2010.

Recebido em 09 de dezembro de 2024
Aprovado em 30 de dezembro de 2024
AUTOR CONVIDADO